

A Gazeta

Boa Vista, 18 de setembro de 1985

Deputados da Comissão do Índio Ouvem Queixas Contra a FUNAI



Os parlamentares da Comissão do Índio ouviram as queixas no Palácio da Cultura.

Com a finalidade de estudar com detalhes a possibilidade de aprovação dos dois projetos de lei de autoria do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti, que versam sobre a revisão da política indigenista praticada pela FUNAI e a abertura dos garimpos de Roraima para a mineração, principalmente nas áreas indígenas e de pretensão da FUNAI, esteve no Território, nos dias 13 a 16 do corrente, a Comissão do Índio, presidida pelo Deputado Federal Arildo Teles (PT-RJ). Com põem a referida Comissão os parlamentares Mozarildo Cavalcanti e Alcides Lima (PFL - RR), Wildy Viana (PDS - AC), João Marques (PMDB-PB) e João Fagundes (PMDB-RR).

Muito mais dispôs a ouvir as diversas correntes de opinião sobre a política indigenista e a mineração nas áreas indígenas, a Comissão do Índio procurou reunir-se com os membros da FUNAI no Território, com as lideranças indígenas, empresariais, garimpeiras e autoridades governamentais do setor de desenvolvimento e mineração.

No último domingo às 15 horas, mais de 400 pessoas lotaram as dependências do Palácio da Cultura para ouvir os líderes de suas respectivas áreas de atividade. Porém, naquela tarde, a platéia não se limitou a ouvir, mas participou efetivamente das exposições e criticou, abertamente e amplamente as posições que entendeu serem erradas.

O ENCONTRO

Pode ser que haja pessoas que pensam que a Nova República e a Velha República na verdade não têm muita coisa de diferente. Pode ser. Mas, o que ninguém duvida é que a população brasileira já

não suporta mais nenhum tipo de pressão ou "mordaca". E isso é um sintoma muito claro de que o regime democrático está fazendo com que as pessoas se sintam mais seguras e assumam posicionamentos mais coerentes com a realidade nacional. O que aconteceu durante a reunião do último domingo, nesta cidade, foi exatamente isso: as pessoas, de todos os níveis, cansaram de apenas ouvir, sem falar e não poder participar. Vários pronunciamentos foram feitos, e a platéia se manifestou com o máximo de liberdade durante todos eles.

O primeiro a falar foi o Bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, e que se tornaria, poucos minutos depois de começar o seu pronunciamento, o orador mais criticado da programação.

Dom Aldo, ao dirigir-se para o local de onde faria o seu discurso, defendendo a tese da Igreja Católica sobre os índios, já se apercebera de que o público que o ouviria era composto, na sua maioria, por garimpeiros sem trabalho e que dariam tudo para poderem entrar nos garimpos de

surucucus, Apiaú, Uiramutã, Rio Novo, Couto de Magalhães, entre tantos outros que estão interditados pela FUNAI; Os garimpeiros, segundo um deles mesmo declarou, estão absolutamente conscientes de que os garimpos não são abertos porque a Igreja e a FUNAI, por motivos estranhos, não permitem que o Governo faça isso.

Diante disso, o Bispo Diocesano fez uma tentativa de amenizar o pronunciamento, mas não perdeu a oportunidade de men-

cionar um documento elaborado pela Igreja, em 1978, depois

de uma reunião de padres católicos, no qual o Clero da Amazônia defendia a idéia de preservação da cultura, o isolamento absoluto e a autodeterminação dos povos indígenas. Antes de terminar de falar essas frases, Dom Aldo Mongiano foi duramente criticado por diversas pessoas do plenário, que gritavam que "isso não pode acontecer", e houve até alguém que, mais agressivo, gritou: "lugar de padre é na Igreja". Em dados momentos da fala do Bispo Diocesano, o Deputado Alcides Lima, que coordenava os trabalhos, era obrigado a intervir, em socorro da autoridade eclesástica, pedindo para que deixassem Dom Aldo encerrar o seu discurso. Todavia, mal ele dava início às denúncias de que os "fazendeiros exploram o índio e to-

mama as suas terras" a gritaria recomeçava e os trabalhos eram paralizados novamente. Um garimpeiro mais exaltado, disse que "em Roraima o branco quase não tem terras", pois tudo é dos índios, da FUNAI e da Igreja".

Ao referir-se à Serra de Surucucus, Dom Aldo Mongiano afirmou que "aquela região é diminuta e pertence aos índios Yanomami. E perguntou se seria realmente importante para Roraima explorar as reservas minerais ali existentes. Mais uma vez a platéia gritou, discordando de Dom Aldo. Antes de encerrar, Dom Aldo reafirmou que o isolamento dos índios é necessário, pois os civilizados já demonstraram, ao longo dos anos, que não pode haver uma convivência pacífica entre eles e os indígenas.

AMAZONAS INFLAMA

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA, Vereador Amazonas Brasil, discursou logo em seguida e fez um pronunciamento bastante inflamado, criticando o trabalho da FUNAI e a posição da Igreja chamada de "progressista". Afir-
mou que os índios são sempre usados como pretexto para que as áreas do Território não sejam demarcadas. Muito aplaudido, o titular da Codesaima falava, gesticulava e exemplificava que não se pode tratar o índio de Roraima como se trata o índio

do Sul do país. Para ele, as diferenças entre os nossos indígenas e o restante do país são gritantes, não havendo termo de comparação, mas a FUNAI não observa esse "pequeno detalhe", e dá continuidade a uma política obsoleta, mesquinha e segregacionista. Ele chamou a atenção para o fato de que os organismos internacionais que financiam as campanhas da Comissão de Criação do Parque Yanomami - CCPY, a peso de dólar, estão tentando se tornar "donos da Amazônia", e nós, brasileiros, não podemos permitir tamanha violação de nossa soberania. Enquanto Dom Aldo Mongiano defendeu a "necessidade de desenvolver a região do Parima (ampla área de fronteira com a Venezuela) completamente virgem, sem a presença do homem branco", o vereador Amazonas Brasil disse que "ao contrário, nós temos é que povoar aquela região, e nada melhor do que dar assistência aos indígenas, que estão morrendo à míngua e sob a "proteção" da Igreja, e abrir os garimpos para que os milhares de trabalhadores, hoje desempregados, possam sustentar as suas famílias e promover o desenvolvimento do Território".

Amazonas pediu ao Bispo Diocesano de Roraima que se una a todos os demais segmentos da sociedade roraimense, no sentido de lutarem juntos pela revisão da política indigenista e definição de uma política de mineração coerente com nossas perspectivas. Segundo ele, "é fundamental que todos se preocupem em implementar esquemas de trabalho que objetivem a defesa dos índios, dos brancos e dos negros, mas sem nenhuma forma de discriminação e totalmente à margem dessas políticas isolacionistas". Amazonas fez vários ataques ao trabalho da Igreja católica, dizendo, entre outras coisas, que "a Igreja defende a manutenção e a preservação da cultura dos índios, mas os seus líderes comunitários ferem essa cultura com um comportamento tipicamente colonialista, a começar pelas moradias que os padres constroem para si, no interior, radicalmente diferentes das habitações rústicas dos índios".

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O secretário de Agricultura do Território, Iradilson Sampaio de Souza, em razão do pronunciamento, afirmou que uma das soluções para o problema das terras dos índios é torná-las agrícolas e dar condições aos seus ocupantes de produzir os seus próprios alimentos. Disse, ainda, que "já é tempo de zelarmos mais pela nossa economia, sobretudo fazendo com que o campo realmente produza os alimentos necessários à cidade. Mas, para isso, é fundamental que haja uma política fundiária condizente com a nossa realidade".

INTERNACIONALIZAÇÃO

O geólogo Salomão de Souza Cruz, diretor de operações da CODESAIMA, licenciado da função de chefe da residência do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais em Roraima, iniciou o seu pronunciamento citando um trabalho de sua autoria, publicado, recentemente, no jornal "O Comércio", da Associação Comercial de Roraima, no qual denuncia a possibilidade de que organismos internacionais, disfarçados em "Comitês de Ecologia, Ciências, Desenvolvimento e de Defesa da Amazônia" estejam articulando idéias de se apossarem de vastas regiões brasileiras onde exista elevado potencial mineral. Segundo ele, "o Governo brasileiro

precisa modificar a sua tática com relação a esses "organismos científicos", que nada mais são do que meros instrumentos de países desenvolvidos, hoje preocupados em manter reservas minerais de grande porte nos países cuja economia é subdesenvolvida, como a nossa".

Salomão mencionou o volume de área do Território que hoje está nas mãos da FUNAI, entre as áreas tidas como Reserva Indígena e as áreas simplesmente "pretendidas". Esse volume chega a 52%, o que causou repúdio na platéia presente ao Palácio da Cultura. Disse, ainda, que nós estamos "convivendo, diariamente, com o fantasma da internacionalização da nossa Amazônia, um risco que estamos correndo sem nos apercebermos e, por isso, aparecem antropólogos ou cientistas defendendo duramente a "preservação da serra do Parima" como patrimônio comum da humanidade e onde possa coexistir uma "Grande Nação Yanomami", com sua autodeterminação garantida".

Entre as reivindicações que fez à Comissão do Índio, Salomão Cruz pediu que

seja feito o mapeamento completo das malocas indígenas da região de Surucucus, para que seja levantado o número exato da população indígena e, então, possam ser projetadas áreas específicas para a exploração mineral em todos os seus ní-

veis. O geólogo explicou que a ausência desse mapeamento é que faz com que os interessados em manter aquela área isolada (ou "preservada") disseminem, sobretudo pela grande imprensa do país, as maiores aleivosias, informando, por exemplo, que em Surucucus existem mais de 60 malocas Yanomamis habitadas e que o total de indígenas da região é superior

a 20 mil". Para Salomão, e para aqueles que conhecem a realidade Yanomami, isso é uma mentira absurda, mas que serve perfeitamente bem aos interesses inconfessáveis de quem a divulga.

Ao concluir, o diretor de Operações da CODESAIMA afirmou que é importante que se discuta não apenas a problemática de Surucucus, mas da região oeste de Roraima como um todo. Disse que "é preciso que deixemos de lado a mentira avaliada em dólar e sustentada pela CCPY e promovamos mudanças reais na política indigenista brasileira, particularmente aqui em Roraima".



Dom Aldo Mongianno



Vereador Amazonas Brasil